

GUTENBERG RIBEIRO DOS SANTOS

**A COMPREENSÃO DO MAL EM
AGOSTINHO**

Monografia de Bacharelado em Filosofia

Orientador: Prof^o. Dr^o Marco Heleno Barreto

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e
Teologia 2022

GUTEMBERG RIBEIRO DOS SANTOS

**A COMPREENSÃO DO MAL EM
AGOSTINHO**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof.º Dr.º Marco Heleno Barreto

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e
Teologia 2022

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por sempre ter dado força para continuar na caminhada. E a Província Camiliana Brasileira pelo incentivo e apoio durante toda a formação acadêmica, ao Diácono Elói Bataglioni Júnior por todo conhecimento e ensinamento partilhado durante toda jornada e ao Religioso Matheus Guedes pela sua contribuição significativa neste trabalho e ao meu orientador Professor Doutor Marco Heleno pela paciência e ajuda primordial para execução neste trabalho final de curso. Também aos Professores da FAJE pela arte de ensinar e aos colegas que direta ou indiretamente me ajudaram a conquistar mais esta etapa na minha vida. E por fim, a minha família e amigos que estão sempre torcendo pelo meu sucesso.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe compreender a questão do mal em Agostinho de Hipona, um tema que o inquietava profundamente. A influência deste filósofo da Antiguidade tardia marcou profundamente o período medieval e é presente até os nossos dias. “Se tudo provém de Deus, que é o bem, de onde provém o mal?”. Não encontrando respostas na doutrina maniqueísta e nem no ceticismo, a partir do contato com o Neoplatonismo Agostinho passa a compreender esta inquietação que tanto o consumia. É notável também a influência de Santo Ambrósio, o qual o conduziu a compreender o sentido espiritual das Escrituras e a relação entre fé e razão.

Palavras-chave – Agostinho, Mal, Maniqueísmo, Livre arbítrio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Vida e obra.....	5
1 CONTEXTO DA OBRA LIVRE-ARBÍTRIO.....	8
1.1 É Deus autor do mal?.....	8
1.2 Se o livre arbítrio foi dado ao ser humano para fazer o bem, como ele pode fazer o mal?.....	10
1.3 O livre arbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado.....	12
2 A resposta de Agostinho aos três níveis do mal.....	15
2.1 Metafísico Ontológico.....	16
2.2 Mal moral.....	17
2.3 Mal físico.....	20
Conclusão.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

Introdução: Vida e obra

Agostinho nasceu em 13 de novembro de 354 na cidade de Tagaste, localizada no norte da África, perto de Hipona. Seu pai Patrício era pagão, mas, antes de sua morte, se converteu ao cristianismo. Mônica, sua mãe, era cristã e muito se dedicou à oração para a conversão de seu esposo e de seu filho mais velho Agostinho, o qual vivia uma vida de vícios e pecados. A infância e adolescência do autor se restringem à sua cidade natal. Na fase adulta teve um filho, fruto de um romance com uma cartaginense. Seus estudos iniciaram em Tagaste depois continuaram em Madaura e Cartago. Estudou Música, Física, Matemática e Filosofia, tendo a oportunidade de lecionar retórica em Cartago depois em Roma e Milão.

O autor faleceu no dia 28 de agosto de 430, tendo sido bastante conhecido após a sua morte, sobretudo devido à sua grande influência no pensamento cristão ocidental. O legado de Agostinho ultrapassou os diversos campos de pensamento na história da filosofia, passando pelos períodos medieval, moderno e contemporâneo, nos auxiliando a refletir as complexas questões de nosso tempo.

O pensamento deste autor compreende uma extensa produção, uma vez que escreveu um total de 113 livros, sem contar as cartas e sermões. Destacamos, dentre suas grandes obras, Cidade de Deus e Confissões, sendo que a maior parte de seus escritos surgiu a partir de inquietações e problemas que o atormentaram pessoalmente. Um bom exemplo disso é o tema do bem e do mal, o qual perpassa várias obras.

Agostinho, quando jovem, foi seguidor do Maniqueísmo¹ motivado, principalmente, por suas inquietações sobre a razão e a fé. Essa doutrina, que possuía uma interpretação dualista do mundo, foi num primeiro momento convincente em relação às questões que tanto o inquietavam. Segundo Costa, os maniqueus acreditavam, que “no universo físico o mal presente no homem não estava relacionado a Deus que, na sua natureza, é bom, mas a um princípio ontológico independente - o Reino das Trevas ou a matéria - tão poderosa quando Deus” (COSTA, 2003, p. 92).

O Maniqueísmo misturava várias correntes religiosas: o zoroastrismo, gnosticismo, cristianismo, ascetismo radical e o materialismo filosófico. O que atraiu fortemente Agostinho foi o racionalismo exagerado ensinado pelos maniqueus, o qual

¹ Esta doutrina foi fundada por Mani, nascido na Babilônia em 216, o qual se intitulava como alguém que recebeu uma revelação do alto acerca de uma verdade última, a qual encerraria uma série de revelações da humanidade (RUBIO, 2008 p. 39-52).

apresentava uma saída à questão do mal e contrapunha-se à religião da sua mãe, a qual afirmava a bondade do Deus criador, mas que ao mesmo tempo o chamava de bom e justo num universo cercado por tanta contradição e maldade.

Após permanecer nove anos no Maniqueísmo, Agostinho, não encontrando respostas suficientes para o problema do mal, abandona esta doutrina e vai em busca de outras respostas às suas inquietações. Devido à decepção com os maniqueus, Agostinho teve uma passagem pelo ceticismo, como em geral acontece quando se desilude de algum sistema de verdades e passa a duvidar de todas as possibilidades da verdade. De acordo com Boehner e Gilson,

Embora já houvesse abandonado o maniqueísmo – ao qual, aliás, nunca aderira com plena convicção –, Agostinho não superara ainda o materialismo filosófico próprio desta seita. Estava às portas da Igreja, mas a ignorância da verdadeira natureza do espírito vedava-lhe o ingresso. Pela mesma razão encontrava dificuldades insuperáveis perante o problema do mal (BOEHNER e GILSON, 2012, p. 145).

Além disso, nessa ocasião, o ceticismo² estava no “auge” até mesmo na escola platônica, conhecida pelo nome de Academia. Agostinho, mesmo assim, vivia conflitos internos e uma busca constante, a qual não havia acabado mesmo frente à falta de esperança em relação à verdade mostrada pelos cétricos acadêmicos. É decisivo para Agostinho, em seu caminho rumo à verdade, o encontro com o Neoplatonismo e com Santo Ambrósio. Sobretudo seu contato com este último o levou a converter-se à religião cristã (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 144). De acordo com Marcos Costa,

Nas Confissões, Santo Agostinho, falando acerca da mudança de sua concepção maniqueísta de Deus ocorrida a partir do descobrimento do neoplatonismo, especialmente através de Santo Ambrósio, mostra-nos como os maniqueus eram incapazes de pensar alguma substância que não fosse corpórea, inclusive a substância de Deus, daí ser Deus para eles um ser corpóreo, ainda que não tendo uma forma humana, pois o antropomorfismo era inaceitável para eles. Ou seja, até ouvir os sermões de Ambrósio, Agostinho não imaginava a possibilidade de uma substância espiritual. Deus para ele, no maniqueísmo, uma substância corpórea (COSTA, 2003, p.45).

A partir disso, podemos ver que o encontro de Agostinho com o maniqueísmo será fundamental para compreendermos a sua busca filosófica pela questão do mal. Desta forma, em meio a incontáveis formas de investigar a genealogia do mal está a tradição

² O ceticismo como doutrina filosófica possui dois aspectos: um teórico e outro prático. Do ponto de vista teórico, é uma doutrina do conhecimento segundo a qual não se pode atingir nenhum saber firme, nem se pode encontrar qualquer opinião absolutamente segura. Do ponto de vista prático, o ceticismo é uma atitude que encontra na negação a aderir a qualquer opinião determinada, na suspensão do juízo, a “salvação do indivíduo” a paz interior (FERRATER, 2000, p. 437).

cristã, a qual compreende o mal como não sendo criado por Deus, mas como resultado do mau uso do livre-arbítrio, dado por Deus ao ser humano. Para Agostinho, Deus cria o mundo onde todos os seres são perfeitos, havendo três perfeições: o modo, a beleza e a ordem, de forma que, sendo Deus o sumo bem, não teria feito sua criação má.

O presente trabalho pretende refletir sobre o mal a partir de Agostinho, um dos grandes filósofos do Ocidente. Para esse intento, partiremos da sua obra *O livre Arbítrio*, um diálogo com Evódio, no qual Agostinho aborda a questão filosoficamente. Rompendo com o pensamento maniqueísta, o autor apresenta o mal não como um ente, mas como fruto do mau uso do livre-arbítrio dado aos seres humanos. Apoiaremos-nos ainda nas Confissões do mesmo autor, mais especificamente no livro VII.

A presente pesquisa será dividida em dois capítulos, tendo como ponto de partida a primeira pergunta do livro: “será Deus o autor do mal?”. No capítulo I será fornecido o contexto da obra e os pressupostos filosóficos da questão, sendo importante recordar a influência que o maniqueísmo teve na vida de Agostinho e na sua busca por respostas ao problema do mal. No capítulo II será abordada a compreensão do mal em Agostinho, o qual resolve este problema a partir de três níveis: o metafísico-ontológico, o moral e o físico.

Capítulo I

Contexto da obra *O livre arbítrio*

A obra *O livre arbítrio* foi escrita de 388 a 395, sendo, na sua grande maioria, um diálogo entre Agostinho e seu amigo Evódio. Ela está dividida em três livros: o primeiro é intitulado *O pecado provém do livre-arbítrio*, o segundo *A prova da existência de Deus revela-o como fonte de todo bem Deus não é o autor do mal, mas do livre arbítrio, que é um bem e* o terceiro *Louvor a Deus pela ordem universal, da qual o livre arbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado.*

No livro I, Agostinho busca encontrar a gênese do pecado, sendo necessário, para isso, compreender qual a sua natureza. Segundo o autor, “para descobrir a origem do pecado, é preciso saber a sua essência. Ora, cometer o mal não é nada mais do que submeter sua vontade às paixões, ou preferir aos bens propostos pela fé eterna uma satisfação pessoal” (AGOSTINHO, 1995, p. 14).

Em seu diálogo, Agostinho e Evódio tentam responder à complexa questão da origem do mal. Para isso, precisamos voltar à origem do próprio ser humano. A questão primordial é: quem criou o ser humano e quem o dotou de vontade? A resposta a esta questão é Deus. Entretanto, se Deus criou o ser humano e tudo que existe nele é sua criação, por que Deus deu uma coisa por meio da qual o ser humano poderia realizar o mal? Sendo assim, por que Deus não criou o ser humano com uma vontade perfeita de não fazer o mal?

O livro II é a parte central da obra, na qual o autor utiliza de um modo extraordinário para provar a existência de Deus. Devido à sua maturidade na fé, o autor apresentará a existência de Deus como fonte de todo e qualquer bem e a prova que dele não pode proceder o mal, só aquilo que é bom. Tal prova se tornou célebre, a qual não deve ser entendida no sentido científico que temos hoje. Devemos entendê-la como um exercício dialético racional que vai chegar à prova de que Deus existe e à conclusão de que tudo que existe no universo é bom, inclusive o livre arbítrio (AGOSTINHO, 1995, p. 14).

O que seria então a vontade? Podemos dizer, a partir do pensamento de Agostinho, que ela é um movimento da alma, a qual foi criada por Deus com a capacidade de mover-se. Se Deus não tivesse dado o livre arbítrio para o homem, o homem seria “um animal como outro qualquer, sem a atividade espiritual” (AGOSTINHO, 1995, p. 15).

Segundo o autor, o mau uso do livre arbítrio é realmente a causa do mal, mas não foi dado por Deus para que seja mal utilizado.

Por que o ser humano o utiliza mal? Agostinho chegará à conclusão de que o mal é um desvio da vontade, o qual é um movimento de aversão a Deus. Segundo o autor, quando o ser humano se converte para Deus, ele se aproxima da plenitude e quando se afasta de Deus se afasta do Ser, pois Deus é o Ser por excelência, e se afastando do Ser, vai para o não ser.

O livro III trata da Providência de Deus em face aos seres livres. Este livro inicia-se com um diálogo e, posteriormente, o interlocutor desaparece, retornando apenas no final. Agostinho questiona-se, então, que se o mal é um movimento de afastamento de Deus, qual seria a origem desse movimento, por que a alma se afasta? Uma vez que a alma foi criada por Deus e Ele deu a ela o movimento, e já que Deus é presciente dos eventos futuros, como é que nós somos livres se Ele sabe que vou praticar o mal? Se isso não está determinado, de onde vem este movimento? (AGOSTINHO, 1995, p. 14).

A obra *O Livre Arbítrio* é considerada como uma das que melhor apresenta o entendimento filosófico de Agostinho (OLIVEIRA, 1995, p. 19), a qual partiu de uma realidade que tanto o inquietava. Tal inquietação não é apenas de seu tempo, mas também se apresenta a nós, como, por exemplo, através da corrupção, desigualdade social, fome, doenças, roubos, assassinatos, omissões, mentiras e muitos outros males. Nesse sentido, o pensamento de Agostinho pode nos ajudar a refletir sobre este problema tão atual e que, de alguma forma, toca toda a humanidade.

1.1 É Deus autor do Mal?

A obra principal deste trabalho, *O Livre Arbítrio*, tem como temas principais a liberdade e o mal. Tais questões tiveram que ser abordadas desde muito cedo pela tradição cristã, a qual era confrontada sobre uma infinidade de males presentes num mundo criado por um Deus que era considerado bom. Dentre muitos autores, tem destaque a figura de Agostinho, o qual crê que Deus é o Sumo bem, Criador do mundo.

Ao mesmo tempo em que há esta certeza, é presente também aos nossos olhos o mal. Este aparente paradoxo inquietou profundamente Agostinho, o qual, nesta obra, busca responder à questão: “É Deus autor do Mal?”. Para o filósofo, é notório que Deus não possa ser considerado o autor do mal. No entanto, de acordo com Evans, Agostinho admite que esta convicção não é resultado de uma revelação imediata:

Se nos restou a idéia de que fazemos o mal por nós mesmos, é difícil ver por que as almas que Deus criou, e que, por isso, são boas, devam agir de maneira iníqua, e, se assim o fazem, parece que sua maldade se deva atribuir, em certa medida, se bem que só obliquamente (parvo intervalo), ao Deus que as fez (*De Lib. Arb.* I, II, 11). Sem a ajuda divina, admite Agostinho, ele nunca teria encontrado a solução deste problema, que tanto o inquietou desde a juventude (EVANS, G. R. 1995, p. 170-171).

É bastante claro no diálogo que Agostinho possui a convicção de que Deus não é o autor do mal. Para embasar esta convicção, ele parte do questionamento de como um Deus bom poderia permitir ou causar o mal. Se assim fosse, isso significaria que Deus não é bom. Ou, se ele permitisse o mal e não pudesse detê-lo é porque ele não é poderoso. A partir disso, o autor faz a seguinte reflexão:

Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outro modo -, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo – e negá-lo seria blasfêmia -, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém ser punido injustamente – como devemos acreditar, já que, de acordo com a nossa fé, é a divina Providência que dirige o universo -, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos (AGOSTINHO, 1995, p. 25).

Tendo em vista que Deus é bom e que ele não pode praticar o mal, Agostinho apresenta duas maneiras de compreender a maldade: existe o mal que sofremos e o mal que praticamos. De acordo com a primeira maneira, uma vez que tudo que acontece no universo é regido pela providência divina que registra tudo, se nós sofremos uma coisa mesmo sem saber a causa, existe uma razão por trás disso. Já de acordo com a segunda maneira, o mal que praticamos, cada um é autor da própria maldade, ela nasce dentro de nós (AGOSTINHO, 1995, p. 25).

O foco do autor no diálogo é o mal que praticamos, o qual nasce da vontade humana. Como, por exemplo:

o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Mas caso me perguntes quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflete no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário (AGOSTINHO, 1995, p. 25-26).

A causa de praticarmos o mal segundo Agostinho, está em nosso querer, na vontade pessoal do ser humano, ou seja, no livre arbítrio. Entendemos que esse agir mal, é afastar-se da vontade de Deus. Dessa forma, compreendemos que esse afastar se dá pelo

mau uso do livre arbítrio. Sendo assim, podemos observar a questão desse agir mal como uma deficiência da vontade livre.

1.2. Se o livre arbítrio foi dado ao ser humano para fazer o bem, como ele pode fazer o mal?

O Livro II inicia com uma questão provocante proposta por Evódio: a “razão pela qual Deus concedeu ao homem o livre arbítrio da vontade, já que, caso não o houvesse recebido, o homem certamente não teria podido pecar” (AGOSTINHO, 1995, p. 73). A resposta que Agostinho dará para o seu interlocutor envolverá, por implicação, muitas outras, buscando entender com a racionalidade aquilo que ambos creem por fé. Dessa forma, a argumentação do autor é inserida dentro de uma Teodiceia, devido ao surgimento da dúvida, se tal poder, - o livre arbítrio- precisaria ou não ser conferido ao ser humano.

Sendo assim, Agostinho interroga Evódio: “pelo menos uma coisa, é certa para ti: Deus existe?” E a resposta de Evódio é direta, que nós podemos interpretar, que pela fé sim, mas não pela razão. A partir disso, o autor se empenhará intelectualmente para chegar a Deus (AGOSTINHO, 1995, p. 77).

Agostinho busca fazer o caminho para comprovar a Evódio a existência de Deus, fazendo seu amigo refletir neste questionamento:

“se a respeito do problema da existência de Deus, a teu parecer julgas basta crer, sem temeridade alguma, em homens dignos de fé – porque, pergunto-te, sobre os presentes pontos que estão sendo investigados por nós, como incertos e manifestamente desconhecidos pela inteligência, não pensas do mesmo modo, isto é: que devíamos crer firmemente na autoridade desses mesmos homens tão ilustres, e assim não mais nos cansarmos a investigar esses problemas?” (AGOSTINHO, 1995, p.78).

Evódio, de forma objetiva, responde positivamente demonstrando pela questão da sabedoria e entendimento aquilo que ambos creem. Continuando o diálogo, Agostinho parte da citação bíblica do profeta Isaías, que diz: “Se não o crerdes não entenderéis” (Is 7,9, na LXX)” (AGOSTINHO, 1995, p.79). O autor cita o profeta fazendo uma relação entre a fé e a razão, as quais são necessárias para a busca de Deus. Tal busca demanda constância e amor às verdades divinas (AGOSTINHO, 1995,p.79).

Após as reflexões feitas por Agostinho, seu amigo declara estar suficientemente convicto de que Deus existe e que todos os bens procedem de Deus (AGOSTINHO, 1995, p.134). Porém, Evódio questiona-se se convém considerar a vontade livre do homem

entre os bens. Uma vez demonstrado esse ponto, ele reconhece, sem hesitação, que Deus no-la deu e que convinha no-la ter dado (AGOSTINHO, 1995, p.134). Ao questionamento de Evódio, podemos dizer que uma vez evidenciado que Deus existe e que é bom, Ele conduz o universo com consonância e integridade por meio da providência.

Assim, dizemos que tudo necessita Dele e fica claro que a livre vontade é um bem, pois Deus não ofereceria nada que não significasse justiça e bondade. Dessa forma, de fato, o próprio Agostinho afirma:

Ora, essas duas verdades: que Deus existe e que todos os bens vêm dele, nós já admitimos com fé inabalável. Entretanto, nós as expusemos de tal forma que a terceira verdade também se torna plenamente evidente, a saber: que a vontade livre deve ser contada entre os bens recebidos de Deus (AGOSTINHO, 1995p.135).

Podemos dizer que a posição de Agostinho é clara: o livre arbítrio é um bem, porque através dele o ser humano tem a sabedoria da escolha em fazer o bem livremente. Dessa forma, surge uma questão: “Sendo o livre arbítrio o que pode levar o indivíduo a ter escolha de pecar, e sendo ele, proveniente de Deus, então poderíamos dizer que será Deus a causa do pecado?” (COSTA, 2011).

Ainda que pela livre vontade se peca, o correto seria que não deveria pecar, já que foi para isso que o Criador a concedeu. Se o homem pecar, mesmo tendo recebido as virtudes, implicará sobre ele o castigo de Deus. Agostinho nos ajuda a entender esse argumento acima, nesta passagem:

Já que a vontade move-se, afastando-se do Bem imutável para procurar um bem mutável, de onde lhe vem esse impulso? Por certo, tal movimento é mal, ainda que a vontade livre, sem a qual não se pode viver bem, deva ser contada entre os bens. E esse movimento, isto é, o ato de vontade de afastar-se de Deus, seu Senhor, constitui, sem dúvida, pecado (AGOSTINHO, 1995, p. 142).

Podemos dizer que o autor e seu interlocutor vão evoluindo em seu diálogo que o livre arbítrio é um bem, o qual vem de Deus. Entretanto, este bem é mediano, dando a possibilidade de escolher entre o bem supremo, tornando-se virtuoso, ou um bem menor que provavelmente levará a um caminho oposto ao das virtudes.

1.3. O livre arbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado

No terceiro livro, busca-se abordar o agente motivador do afastamento do ser humano em relação a Deus, uma vez que, mesmo tendo o livre arbítrio, que é um elemento positivo, ele ainda está sujeito ao pecado. Dessa forma, o interlocutor de Agostinho quer

buscar respostas para a questão do porquê uma vontade livre pode se afastar do bem. Em relação a isso, Agostinho nos faz refletir que o pecado acontece quando o homem se volta para os bens inferiores ao invés dos superiores.

Quanto o impulso da vontade para os bens superiores, nem deveria ser inculcado quando se volta para os bens inferiores, semelhantemente não deveria ser de modo nenhum exortado a querer bem viver. Ora se alguém acha que o homem não deve ser exortado a isso, merece ser relegado do número de homens (COSTA,2011).

No decorrer do seu diálogo com Agostinho, Evódio concorda que Deus é onisciente, ou seja, Ele conhece tudo previamente. Isso gera, entretanto, um problema que deve ser resolvido: como podemos conjugar a ideia de que somos livres para escolher, se o Criador de tudo já sabe o que vai acontecer? Sobre isso, comenta Costa:

Se Deus conhece antecipadamente todas as coisas futuras, ou se acontece necessariamente o que ele prevê, como pode o homem ser verdadeiramente livre, se tudo que ele faz, Deus já sabia de antemão que havia de fazer? Não seria o homem um ser programado a fazer necessariamente o que Deus sabia que haveria de fazer? Nesse caso o homem não é responsável pelos seus pecados, já que Deus sabia que o primeiro homem havia de pecar (COSTA,2011).

Agostinho diz que não existe paradoxo entre a presciência a liberdade, pois somente o Criador sabe de tudo que a pessoa irá fazer. Contudo, mesmo Deus sabendo antecipadamente do bem ou do mal que o ser humano fará, Ele não intervém e não tira a independência e a responsabilidade do homem de optar. Agostinho esclarece essa questão: “Assim também, não há contradição a que saibas, por sua presciência, o que outro realizará por sua própria vontade. Assim Deus, sem forçar ninguém a pecar, prevê, contudo, os que hão de pecar por própria vontade” (AGOSTINHO, 1995, p. 160).

Dessa forma, entendemos a posição do autor que compreende que o pecado é proveniente do uso do livre arbítrio, de maneira que o ser humano não é forçado a fazer o mal, uma vez que também é pelo livre arbítrio que faz o bem. Sendo assim, o ser humano é livre e não é predestinado a fazer nem o mal e nem o bem (COSTA, 2011).

Seguindo com o diálogo, o autor desenvolve uma das principais ideias da obra: nada existe que possa negar a excelente justiça e Onipotência de Deus e as almas, se usaram a livre vontade de forma errada, recebem o justo castigo pelos pecados que cometem. Desta maneira, Agostinho conclui que os pecados são atribuídos à própria vontade e não a Deus, “porque os pecados, como já expusemos longamente, não devem

ser atribuídos senão à própria vontade. E não é para se buscar outra causa além dessa”. (AGOSTINHO, 1995, p.224)

A resposta apresentada por Agostinho só endossa o que ele mesmo diz sobre as qualidades de Deus (bom, justo, onipotente etc.). Assim, jamais poderemos alegar que os pecados têm como fonte o Criador, e sim a vontade das criaturas, as quais arcarão com as consequências das suas escolhas. Tendo em vista a pergunta que perpassa este trabalho e que está no início do *De libero arbitrio*: é Deus autor do mal? apresentaremos no próximo capítulo a resposta de Agostinho a esta questão a partir de três níveis: o metafísico-ontológico, o moral e o físico.

A resposta de Agostinho à compreensão do mal

Tendo em vista o que foi abordado no capítulo anterior, continuaremos aprofundando os aspectos filosóficos da reflexão de Agostinho sobre a questão do mal. O desenvolvimento do pensamento agostiniano sobre o mal se dará com a leitura dos escritos neoplatônicos. Nesse processo ele se vê desiludido com a compreensão maniqueia dualista, que via o mal como uma natureza oposta ao bem. O conhecimento filosófico somado à sua aproximação das Sagradas Escrituras o conduz a um processo de conversão e a uma nova perspectiva sobre a questão do mal.

À luz da revelação cristã e do seu encontro com o platonismo, Agostinho amadurecerá a sua compreensão de que o mal não possui uma natureza, mas é uma ausência, ou ainda uma privação: “Onde brilha a luz não pode haver trevas. Quando vem a luz, torna-se claro que as trevas não passaram de ausência de luz. Onde existe o bem, o mal foi lançado fora; está claro que não passou de ausência de bem” (AGOSTINHO, apud EVANS, 1995, p. 16).

Tendo em vista esta posição de Agostinho, o problema do mal é uma questão que ainda hoje, mesmo passados séculos, conserva sua validade. Com isso, ainda que o autor tenha sido vítima da doutrina dualista dos maniqueus, em Plotino ele encontra uma esperança para entender esta problemática e a chave para resolver esta questão. Assim ele diz: “o mal não é um ser, mas a deficiência e privação de ser” (AGOSTINHO, 1995, p.16).

A resposta do filósofo à questão do mal não foi útil somente ao seu tempo, mas influenciou grandiosamente a compreensão da questão no Ocidente no período posterior a ele. Agostinho aborda o problema do mal a partir de três níveis: o metafísico-ontológico, o moral e o físico.

Nível metafísico-ontológico

O nível metafísico-ontológico aborda no seu cerne a ordem e a harmonia da criação querida por Deus. Os maniqueus propunham que todas as coisas no mundo eram passíveis dessa dualidade do bem e do mal desde a sua origem, e que nesse sentido poderiam ser imperfeitas e desarmônicas. Agostinho esclarece que na perspectiva metafísica-ontológica, o mal não existe enquanto substância e tampouco na essência das criaturas.

O pensamento agostiniano corrobora essa visão da criação apresentando a ideia de que este mal, como era argumentado, existente na ordem, na verdade é a hierarquia da

criação querida e amada por Deus. Deste ponto de vista, o mal não está no cosmos, mas o que há são apenas graus inferiores de ser em relação a Deus, que se expressa na finitude das coisas criadas. Uma vez que a plenitude do ser só está n'Ele, o Criador; no cosmos apenas existe uma parcela de participação.

[...] a ordem hierárquica das criaturas desde a mais elevada até a mais ínfima decorre em graus tão bem proporcionados que só a inveja poderia levar a dizer: “Esta realidade não deveria existir assim”. Ou ainda: “Aquela deveria ser de outro modo”. Com efeito, caso se pretendesse que uma criatura se assemelhasse a tal outra que lhe fosse superior, essa já deveria existir e com excelência suficiente para que nada pudesse lhe ser acrescentado por ser perfeita (AGOSTINHO, 1995, p. 177).

Assume-se que a hierarquia existente na criação não é um indício de imperfeição; e que, portanto, essa dissonância não indica uma falha que aparentemente poderia ser sinal do mal e contraposição das coisas puras e perfeitas. Desta maneira, compreende-se que numa contemplação da totalidade da criação o que parece ser uma falha, em seu conjunto, aparece na harmonia do amor do Criador.

Considera, por aí, igualmente, a diversidade existente nas almas e encontrarás como compreender que essa miséria da qual te lamentas também possui seu papel na perfeição do universo. Essa perfeição faz com que nada falte, sequer essas almas que tiveram de se tornar infelizes por terem querido livremente ser pecadoras. E não se pode dizer que Deus não devia ter dado a existência a essas almas. Igualmente, é erro afirmar que ele não seja digno de louvor por ter dado o ser a outras criaturas ainda bem inferiores do que essas almas infortunadas (AGOSTINHO, 1995, p. 178-179).

Desta forma, percebe-se que, para Agostinho, o mal não é uma substância, pois tudo o que existe é bom, e admitir a existência de uma substância má é atribuir ao criador (que é bom) à criação de tal substância.

Nível Moral

Na obra Livre Arbítrio, Evódio interroga Agostinho: é Deus a causa-autor do mal? Para Agostinho, o Criador não pode ser o autor do mal, porque ele é o Sumo Bem. Assim, o autor do mal é o ser humano que faz mau uso do livre arbítrio. Para o autor, é no mau uso deste que surge o mal, o pecado. Da ideia do mal como pecado, nasce a ideia de justiça, punição e castigo. Assim sendo, “as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário” (AGOSTINHO, 1995, p. 26).

Existe no ser humano o livre arbítrio que é possibilidade de escolher entre o bem ou o mal. O indivíduo usando sua razão é capaz de dominar seu desejo. Dessa forma, não

faz uma má escolha porque estava definido, como garantiam os maniqueus, mas porque usou da vontade livre de forma má. Agostinho refuta os dois princípios metafísicos da doutrina maniqueísta de que há um deus bom e outro mal a partir da sua convicção de que é a vontade livre do homem a fonte do mal.

Perante a verdade que nos envolve, persistimos em indagar qual a causa de tanto mal. Para Agostinho, o mal decorre das paixões desordenadas que controlam a razão, fazendo do indivíduo um ser escravo dos desejos. Prova disso é o relato do furto realizado em sua juventude pelo próprio Agostinho:

Eu quis roubar, não instigado pela necessidade, mas somente (...) pelo fastio da justiça e pelo excesso de maldade. Tanto é assim que furtei o que tinha em abundância e em muito melhores condições. Não pretendia desfrutar do fruto, mas do roubo em si e do pecado (AGOSTINHO, 1996, p. 68).

Desta forma, quando cometemos o mal, muitas vezes a mente tem entendimento que o ato é errado, assim mesmo persistimos em praticá-lo. Ao responder à pergunta: de onde vem o mal? o autor procura uma explicação ontológica-filosófica-teológica centrada em Deus, do qual procede todo bem. Assim, surge a explicação: o mal é uma deficiência do bem, procedendo não de Deus, mas do mau uso da liberdade dada pelo Criador. O mal é o abuso da vontade livre que corrompe o bem e desvia para o pecado. Como afirma o autor: “a fonte do mal moral, o pecado, está no abuso da liberdade” (AGOSTINHO, 1995, p.14).

Segundo Agostinho, o ser humano é o único animal racional, superior aos demais, que tem o privilégio de entendimento (AGOSTINHO, 1995, p. 44) e, dotado de razão, pode compreender as leis e normas eternas e imutáveis, e entendendo-as elege por livre desejo seguir ou não a divina e justa ordem. Responsável pela sua faculdade da razão, perante uma justa ordem estabelecida por Deus, o homem deve optar pelo caminho a ser seguido e o caminho para alcançar a felicidade.

O Criador, em seu ato de criar, deixou impressa sua marca na razão humana. Deus introduziu no pensamento de cada indivíduo a noção de lei eterna. Esta provém de Deus e é incorruptível e imutável. Já a lei temporal é corruptível e imutável. Portanto, a lei eterna é superior à lei temporal, a primeira pode ser atingida pela contemplação enquanto a lei temporal é convencional, pois nasce da convenção do ser humano. Compete ao ser humano fazer com que a mente domine o corpo, como explica Agostinho:

Quando a razão, a mente ou o espírito governa os movimentos irracionais da alma, é que está a dominar na verdade no homem aquilo que preciosamente

deve dominar, em virtude daquela lei que reconhecemos como sendo lei eterna (AGOSTINHO, 1995, p. 47).

Para Agostinho, o mal está na transgressão da ordem natural dada por Deus, no desviar-se do bem. Dessa forma, podemos entender que o problema principal da moralidade está na reta opção das coisas a serem ansiadas. Pois, ao sermos originados pelo Criador, fomos dotados de livre arbítrio, o qual pode ser utilizado para optar entre o bem e o mal. Deste modo, ele pode ser mal usado ao optar de forma má ou bem usado se optar pelo bem. Neste movimento tem grande destaque a vontade, uma vez que é ela quem decidirá por um bem maior ou menor:

Quando a vontade abandona as coisas superiores e, se converte às coisas inferiores, torna-se má, não por ser mau desejo o objeto a que se converte, mas por ser má a própria conversão. Portanto, não é a causa da vontade má a ser inferior: ela é que é sua própria causa, por haver apetecido mal e desordenadamente o ser inferior (AGOSTINHO, 1995, p. 67-68).

O autor, assim, nos faz refletir sobre a liberdade e a vontade do ser humano. O livre arbítrio, por si só, é um bem em si mesmo. Ainda que o ser humano possa usá-lo de maneira má a sua vontade livre deve ser respeitada como um bem. Para Agostinho, Deus deu o livre arbítrio ao homem para que ele viva plenamente; usando-o perfeitamente o indivíduo é considerado justo; não sabendo usar corretamente ele se torna injusto.

Etienne Gilson nos ajuda a compreender o papel da vontade e sua relação com o mal quando diz: “Se as ações dos homens não são sempre o que deveriam ser, sua vontade é a responsável. O homem escolhe livremente suas decisões e é por ser livre que é capaz de fazer mal” (GILSON 2007, p. 276).

Todo ser humano é livre nas suas escolhas, de maneira que pode ou não optar por buscar o Criador, o Sumo Bem, enquanto o movimento contrário gera o pecado. Dessa forma, o mal surge da privação do bem, a qual acontece acidentalmente. Agostinho confessa Deus como fonte de toda bondade: “O bem em mim é obra tua, é o teu dom; o mal em mim é o meu pecado” (AGOSTINHO, apud REALE; ANTISERI, 1990a,456). E o autor continua a dizer:

O mal moral é o pecado. Esse depende de nossa má vontade. E a má vontade não tem “causa eficiente”, e sim muito mais, “causa deficiente”. Por sua natureza, a vontade deveria tender para o Bem supremo. Mas, como existem muitos bens criados e finitos, a vontade pode vir a tender a eles e, subvertendo a ordem hierárquica, preferir a criatura a Deus, optando por bens inferiores, em vez dos bens superiores. Sendo assim, o mal deriva do fato de que não há um único bem, e sim muitos bens, consistindo precisamente o pecado na escolha incorreta entre esses bens. O mal moral, portanto, é “*aversio a Deo*” e “*conversio ad creaturam*”. O fato de se ter recebido de Deus uma vontade livre é para nós grande bem. O mal é o mau uso desse grande bem (AGOSTINHO, 1995, p. 15).

Nível Físico

Tendo em vista a posição de Agostinho, no diálogo com Evódio, na obra *Livre Arbítrio*, pode-se dizer que a natureza é uma criação perfeita, mas em graus de perfeição inferiores ao seu Criador. O autor observa que não há mal no cosmos, uma vez que tudo o que Deus cria é bom, de maneira que tudo que é criado possui três perfeições: “modo, forma e a ordem” (GILSON, 2010, p. 272). O cosmos, na perspectiva cristã, a qual é assumida e desenvolvida por Agostinho, não é oriundo de uma batalha entre duas divindades, mas fruto do desejo e do amor de um Deus criador.

Tal era o erro dos maniqueus que Agostinho passa a refutar: eles consideravam o que não viam como harmônico no cosmos como um mal em si; como uma natureza má. Agostinho responde a essa questão refletindo que talvez algumas partes vistas isoladamente poderiam parecer más, mas se entendidas e vistas no seu conjunto nos revelariam toda a sua bondade e beleza.

Todavia, entre essas criaturas, algumas partes existem que são consideradas más por não estarem umas em harmonia com as outras, porém, mesmo essas são boas em si, enquanto se ajustam com outras partes. E todas essas partes que não concordam entre si, no entanto, se harmonizam com a parte inferior do universo que chamamos terra, a qual é provida de um céu com nuvens e ventos, conforme as necessidades (AGOSTINHO, 1997, p. 192).

A esse respeito, afirma Costa: “Não há espaço para o mal físico na cosmologia agostiniana” (COSTA, 2001, p. 274-275).

“Longe de mim este pensamento: Melhor seria se tais coisas não existissem!”. Eu poderia desejar que fossem melhores, ainda que considerasse somente essas coisas, mas não posso deixar de agradecer-te, pois tu és digno de louvor, como proclamam “os monstros e abismos marinhos, o fogo e o granizo, a neve e o gelo, os ventos das tempestades que executam tua palavra, as montanhas e as colinas, as árvores frutíferas e todos os cedros, as feras e todos os rebanhos, os répteis e as aves...” (AGOSTINHO, 1997, p. 193).

Na reflexão sobre o mal físico, na perspectiva da ontologia agostiniana, o mal físico sofrido não está centrado em Deus, mas no ser humano. A partir dessa visão, Agostinho refuta a ótica maniqueia que defendia que o mal era algo já determinado e sua origem estava num deus mau. Para Agostinho o mal físico é consequência do mal moral, sendo o ser humano o principal responsável por ambos os males.

O mal físico está presente e é comprovado ao longo da época. Portanto, o mal não passa de um acidente, uma deficiência de bem. Para Agostinho:

Pela misericórdia inefável de Deus, a pena dos vícios vem a ser instrumento de virtude e o suplício do pecado se torna merecimento justo. Então, se adquire a morte, pecando; agora se aperfeiçoa a justiça, morrendo. Isso, todavia, aplica-se aos Santos mártires, a quem se dispunha a disjuntiva: desertar fé ou sofrer a

morte, porque os justos preferem padecer, crendo, o que os pecadores padecem por não crer (...). A culpa é daqueles que acarretou a pena, a pena destes previne a culpa. E isso, não porque a morte, que antes foi mal, se haja transformada em bem, e sim porque Deus concedeu à fé a graça de que a morte, contrária a vida, liga passado a ser ponte que conduz a vida (AGOSTINHO, 1991, p. 100-101).

Conclusão

Agostinho, quando jovem, foi seguidor do Maniqueísmo, motivado, principalmente, por suas inquietações sobre a razão e a fé. Ele encontrou na visão dualista desse movimento uma saída para as questões que tanto o angustiavam. Porém, ao longo dos seus estudos, foi abandonando o Maniqueísmo devido às contradições que esta doutrina possuía, sobretudo sobre a visão de Deus e o mal como uma natureza oposta ao bem.

Devido à decepção com os maniqueus, Agostinho teve uma passagem pelo ceticismo. Entretanto, pelo fato de os céticos acadêmicos possuírem falta de esperança em relação à verdade, ele não permaneceu muito tempo nessa corrente. De acordo com BOEHNER e GILSON (2012, p. 144), “A emancipação espiritual de Agostinho deu-se sob a ação decisiva dos seus contatos com o Neoplatonismo e com Santo Ambrósio”.

Desta forma, Agostinho encontra em Plotino a chave para resolver a questão: o mal não é um ser, mas deficiência e privação de ser. E Por conseguinte, ele explica esta questão, desenvolvendo a explicação do mal em três níveis: metafísico ontológico; moral e o físico. Considerando o nível metafísico-ontológico (ser/existir = bem), não existe no pensamento Agostiniano o mal em si mesmo pois tudo é bom. Deus criou todas as coisas boas. E como não existe nenhuma substância que não foi criada por Deus, logo tudo o que existe é bom.

Podemos dizer que ainda em nosso tempo a resposta dada por Santo Agostinho ao problema do mal é uma grande referência, mesmo tendo se passado séculos a visão deste autor é de fundamental importância para compreender este tema. Ao retornarmos à pergunta, será que Deus é autor do mal? o autor, no diálogo com seu amigo Evódio, conseguiu evidenciar que Deus não é autor do mal. A partir da argumentação do autor fica claro que Deus nos concedeu a liberdade, a qual é a possibilidade de voltar-se para o bem e renunciar o mal.

Referências

AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). Confissões. Tradução J. Oliveira Santos, S.J. e A. Ambrósio de Pina, S. J. São Paulo: Editora Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 1996.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. Confissões/ Santo Agostinho; [tradução Maria Luiza jardim Amarante]. Ed. Paulus, São Paulo, 1997. Coleção Patrística.

AGOSTINHO, Santo. O livre-arbítrio. Tradução, Antônio Soares Pinheiro. Braga: Faculdade de Filosofia, 1991.

AGOSTINHO, Santo. O livre-arbítrio. Tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco. Ed. Paulus, São Paulo, 1995.

Biografia de Agostinho. Disponível em: <https://agostinianos.org.br/santo-agostinho/obra/>. Pesquisado em 10/08/2021

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. História da filosofia cristã. Trad. Raimundo Vier, O.F.M Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BROWN, Peter Robert Lamont, 1935- Santo Agostinho, uma biografia; tradução de Vera Ribeiro. 10 edição. Editora Record, Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, Ivandro. Fundamentos do Livre Arbítrio para a compreensão de liberdade em Agostinho, |Campina Grande,2001.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Maniqueísmo História, Filosofia e Religião. Petrópolis: Vozes, 2003.

EVANS,G.R Agostinho sobre o mal/G,R. EVANS; [tradução João Rezende Costa].- São Paulo: Paulus,1995.

FERRATER MORA, José. Dicionário de Filosofia. Tradução de Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno e Nicolás Nyimi Campanário. 2.ed. São Paulo, 2000.

GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. SP: Discurso editorial; Paulus, 2007.

GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. SP: Discurso editorial; Paulus, 2010.

RUBIO, Fernando Bermejo. El maniqueísmo, estudio introductorio. Madrid: Trotta, 2008.